

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Folha de São Paulo

Class.: 68

Data: 29 de julho de 1987

Pg.: _____

196

Belém

Alerta ecológico na Amazônia

JOSÉ MATIAS PEREIRA

A comunidade amazônica recentemente tomou conhecimento de que setecentos mil metros cúbicos de água poluída foram despejadas na bacia que forma o rio Tiarajú (afetando os rios Alalaú e Jauaperi), em decorrência do rompimento de dez barragens de decantação da mina do Pitinga (extração de cassiterita), da mineração Taboca (grupo Paranapanema), no limite da reserva indígena Waimiri-Atroari, no Estado do Amazonas.

Com base nas afirmações dos especialistas do setor, o acidente não foi tão grave como pode parecer no primeiro momento, porque a contaminação ocorreu apenas com partículas sólidas (argila e areia) o que é normal nos rios da Amazônia. Ninguém negou, porém, que o acidente não irá causar problemas à fauna e a flora dos rios atingidos, bem como as pessoas que vão utilizar (beber) água dos rios mencionados. É válido frisar que o desastre ecológico foi atenuado por não ter ocorrido uma poluição química, visto que no processo de lavagem da cassiterita não são empregados agentes químicos que poderiam mudar a característica físico-química da água. (Na atividade de lavagem da cassiterita usa-se apenas água, através de um processo gravimétrico).

Por parte dos ecologistas que acompanharam o problema, destaca-se a manifestação do Grupo Espeleológico da Amazônia que demonstrou apreensão com o fato ocorrido na referida mina, alertando que o acidente colocou em risco a saúde dos índios que habitam a reserva de Alalaú, assim como dos ribeirinhos do rio Jauaperi. Os efeitos do acidente ameaçam também, segundo a manifestação do citado Grupo, os habitantes da cidade de Novo Ayrão e, em níveis menos alarmantes, a população de Manaus, que está localizada do lado esquerdo do rio Negro.

Feitas essas observações, parece-me oportuno analisar os reflexos da agressão ao meio ambiente provocada pelo segmento que explora minérios na Amazônia. As poluições físicas, como a que ocorreu nos rios

Tiaraju, Alalaú e Jauaperi, são facilmente detectadas e, por isso mesmo, causam maiores impactos sobre a opinião pública. Mas, o maior perigo para o ecossistema da Amazônia reside na poluição provocada pelo excesso de agentes químicos, e em especial o mercúrio, utilizado na garimpagem. Isto porque o mercúrio pode mudar a característica físico-química da água, e é um elemento perigoso para o homem. Deve ser ressaltado que as poluições químicas tendem a não alterar a cor da água, o que dificulta a sua percepção.

Estima-se que para cada tonelada de ouro extraído na Amazônia é consumida outra tonelada de mercúrio. Esse dado permite-me deduzir que a poluição provocada pelo agente químico na região é assustador, considerando que os garimpos da área estão produzindo cerca de cinquenta toneladas de ouro por ano e consumindo outro tanto de mercúrio.

Deve-se alertar que o mercúrio, no meio ambiente, pode ser solubilizado, transformado em compostos orgânicos e absorvido pelos peixes, plantas e, em última instância, pelo homem. É preciso registrar que não existe nenhum controle por parte dos órgãos responsáveis pelo setor, para avaliar a quantidade do produto (mercúrio) dos rios que descem desses garimpos.

Após essas graves considerações e para concluir, entendo oportuno reafirmar que as riquezas minerais da Amazônia devem ser exploradas em benefício da comunidade regional e nacional. Mas é preciso que sejam definidos mecanismos de controle sobre as atividades industriais na área, notadamente no sistema de processamento mineral. E isso somente será possível com os Estados e os municípios legislando e fiscalizando, de forma complementar à União, no que se refere ao meio ambiente. A preservação da Amazônia, não tenho dúvidas, passa por alterações e medidas dessa natureza.

JOSÉ MATIAS PEREIRA 25, é economista do Instituto de Planejamento Econômico e Social, mestre em Planejamento Urbano pela Universidade de Brasília (UnB) e especialista em assuntos econômicos da Amazônia.